UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

Monografia de Conclusão de Curso

A tarefa árdua e recompensadora: uma breve análise sobre as articulações de Delfim Mendes Silveira enquanto gestor da Universidade Federal de Pelotas e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1975-1976).

Nathalia Lima Estevam

Pelotas - RS

2022

Nathalia Lima Estevam

A tarefa árdua e recompensadora: uma breve análise sobre as articulações de Delfim Mendes Silveira enquanto gestor da Universidade Federal de Pelotas e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1975-1976).

Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em História.

Orientador: Aristeu Elisandro Machado Lopes

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

E79t Estevam, Nathalia Lima

A tarefa árdua e recompensadora : uma breve análise sobre as articulações de Delfim Mendes Silveira enquanto gestor da Universidade Federal de Pelotas e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1975-1976). / Nathalia Lima Estevam ; Aristeu Elisandro Machado Lopes, orientador. — Pelotas, 2022.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Universidades. 2. Ditadura civil militar. 3. UFPel. I. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, orient. II. Título.

CDD : 378.981

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico com este não é algo que podemos nos dar ao luxo de escrever sem companheiros. E por isso, gostaria de agradecer a quem fez parte de minha trajetória dentro e fora dos portões da universidade. A começar pela minha família, que me incentivou a voar mesmo quando isso significava minha ausência, e me ensinou a caminhar com honestidade e amor. Em especial, gostaria de agradecer a duas das muitas mulheres pertencentes a esta família. Primeiro, minha avó, Terezinha Maria dos Santos de Lima, que me inspirou através de sua coragem a sair de São Paulo para buscar o que fizesse sentido para mim. Depois, minha mãe, Amara Maria de Lima Neta, que mesmo nos momentos mais difíceis é um porto seguro em minha jornada.

Agradeço também aos companheiros que a UFPel me deu ao longo desses quase cinco anos. Anderson, Eduardo e Igor, sempre seremos a família que pudemos escolher, obrigada por dividirem uma casa e um lar comigo. Pedro e Samuel, sou muito grata por tê-los na minha vida, estar com vocês é como estar em Amador Bueno, nos braços da minha família, obrigada por tanto. Bethânia, agradeço muito ao destino por cruzar nossos caminhos, trabalhar contigo foi uma grande aventura e te conhecer ao longo desses anos foi uma boa surpresa. Muito obrigada por fazer parte desta trajetória. Fernando, meu querido, são poucas as vezes na vida que encontramos algo tão doce quanto o amor calmo, e é isso que sinto enquanto partilhamos a vida. Obrigada por todo companheirismo ao longo destes anos. Amigos, agradecer a vocês é quase como agradecer a minha família, pois esses foram os laços que firmamos nestes anos. Com muita cumplicidade vocês estiveram ao meu lado mesmo nas piores intempéries que poderiam atingir uma universitária ao longo de seu curso. Muito obrigado por se fazerem presentes na minha vida!

Em último lugar, mas sem demérito algum, agradeço ao meu orientador, Aristeu Lopes. Quem me acompanhou ao longo destes anos no curso e teve a coragem e a paciência para me ver florescer ao longo desta trajetória. Aprendi muito nos anos de bolsa no NDH. Da organização do fundo da ACS à catalogação de fichas de Qualificação Profissional na DRT-RS, pude me desenvolver como pesquisadora. Aristeu, muito obrigada por me ensinar tanto sobre autonomia e pesquisa, você sempre será um grande exemplo.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família, que esteve do meu lado desde a matrícula no curso até o último ponto final deste trabalho.

RESUMO

ESTEVAM, Nathalia Lima. **A tarefa árdua e recompensadora: uma breve análise sobre as articulações de Delfim Mendes Silveira enquanto gestor da Universidade Federal de Pelotas e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1975-1976).** Monografia de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022**.**

Os anos iniciais da ditadura civil-militar no Brasil foram marcados por expurgos, invasões e operações militares em vários campi universitários pelo país. Não por acaso a cidade de Pelotas e os campi da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), presentes no município, foram foco de operações militares. Para combater a suposta subversão nas instituições de ensino superior pelo país foi iniciada a "Operação Limpeza", que, em Pelotas, no ano de 1964, era formada por Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, e Gastão Pureza Duarte, professor da Faculdade de Odontologia. A operação foi responsável por diversos expurgos na URGS, mas também resultou na escolha, pelos militares, do primeiro reitor da já constituída Universidade Federal de Pelotas, Delfim Mendes Silveira. No ano de 1975, como reitor da UFPel, Silveira foi eleito presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), uma importante organização que atua desde abril de 1966 com o intuito de articular e consolidar o ensino superior no Brasil. A partir de sua direção no CRUB é possível observar um aumento no número de convênios, acordos e encontros com outras instituições. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as articulações entre o CRUB e a Universidade Federal de Pelotas a partir das ações do reitor Delfim Mendes Silveira no ano de 1975 e 1976.

Palavras-chave: Universidades. Ditadura civil militar. UFPel.

ABSTRACT

The initial years of the civil-military dictatorship in Brazil were marked by purges, invasions and military operations in several university campuses across the country. It is not by chance that the city of Pelotas and the campuses of the University of Rio Grande do Sul (URGS), currently the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), present in the municipality, were the focus of military operations. To combat a supposed subversion in higher education institutions across the country, “Operation Cleaning” was initiated, which, in Pelotas, in 1964, was organized by Delfim Mendes Silveira, director of the Faculty of Law, and Gastão Pureza Duarte, professor at the Faculty of Dentistry. The operation was responsible for several purges in the URGS, but also resulted in the choice, by the military, of the first rector of the already renowned Federal University of Pelotas, Delfim Mendes Silveira. In 1975, as rector of UFPel, Silveira was elected president of the Council of Rectors of Brazilian Universities (CRUB), an important organization that has been operating since April 1966 with the aim of articulating and consolidating higher education in Brazil. From his direction at CRUB it is possible to observe an increase in the number of agreements, accords and meetings with other institutions. In this sense, the objective of this work is to analyze the articulations between the CRUB and the Federal University of Pelotas from the actions of the rector Delfim Mendes Silveira in the year of 1975.

Keywords: Universities. Civil military dictatorship. UFPel.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Solenidade realizada em 27 de janeiro de 1972 …….33

Figura 2 Saudação às autoridades…….....33

Figura 3 Mensagem…….....34

Figura 4 Delfim Mendes receberá comenda de Ordem do Mérito……38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS-UFPel	Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAC	Campus Avançado de Cáceres
CETRESUL	Centro de Treinamento do Sul
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CEIS	Comissão Especial de Investigação Sumária
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CFE	Conselho Federal de Educação
CCS-UFPel	Coordenação de Comunicação Social da UFPel
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
ESG	Escola Superior de Guerra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EAEM	Escola de Agronomia Eliseu Maciel
IPEAS	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul
IPESSE	Instituição Pró Ensino Superior do Sul do Estado
IPM	Inquérito Policial-Militar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NDH-UFPel	Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PNPA	Política Nacional de Produção Agropecuária
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PEBE	Programa Especial de Bolsas de Estudos
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UnB	Universidade de Brasília
UMG	Universidade de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1 - DELFIM MENDES SILVEIRA, A IMPLANTAÇÃO DO REGIME CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE PELOTAS E A OPERAÇÃO LIMPEZA NA URGS 16

1.1 A cidade de Pelotas e a implantação do regime civil militar 16

1.2 Operação Limpeza: expurgos, demissões e aposentadorias para "subversivos" 21

CAPÍTULO 2 - A UFPEL, E O CRUB: CONVÊNIOS E ENCONTROS PARA FORTALECER OS LAÇOS 30

2.1 Delfim Mendes Silveira e a Federalização da UFPel 30

2.2 A causa áspera e recompensadora: Delfim Mendes na direção do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras 34

2.3 Articulações do poder: o desenvolvimento da UFPel durante a gestão de Silveira no CRUB 38

CONSIDERAÇÕES FINAIS 42

FONTES 45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 45

INTRODUÇÃO

Os anos iniciais da ditadura civil-militar no Brasil foram marcados por expurgos, invasões e operações militares em vários campi universitários pelo país. Não por acaso a cidade de Pelotas e os campi da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), presentes no município, foram foco de operações militares. A cidade, localizada na região sul do Rio Grande do Sul, serviria como um ponto estratégico para fuga de "subversivos" para o Uruguai e Argentina, além de concentrar um número expressivo de intelectuais presentes não só na URGS, como nas outras instituições de ensino presentes em Pelotas. Para combater a subversão nas instituições administrativas pelo país foi iniciada a "Operação Limpeza" (FERREIRA, 2017), que, no campus em Pelotas da Universidade do Rio Grande do Sul, foi formada no ano de 1964, por Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, e Gastão Pureza Duarte, professor da Faculdade de Odontologia. A operação foi responsável por diversos expurgos na URGS, mas também resultou na escolha, pelos militares, do primeiro reitor da Universidade Federal de Pelotas.

Em 8 de agosto de 1969 foi fundada, a partir do decreto 65.881, a Universidade Federal de Pelotas alicerçando-se na incorporação das faculdades de Direito e Odontologia, e do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), e também por algumas instituições particulares de ensino da cidade. Para ocupar o cargo de reitor da nova Universidade, o antigo diretor da Faculdade de Direito e membro do Conselho Universitário da URGS, Delfim Mendes Silveira, foi escolhido. Sua gestão transcorreu entre os anos de 1969 e 1977, durante a qual notou-se o firmamento de diversos convênios, tanto públicos quanto privados, que deram à Universidade alicerce para um desenvolvimento rápido. No ano de 1975 Delfim Mendes Silveira é eleito diretor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), uma importante organização que atua desde abril de 1966 com o intuito de articular e consolidar o ensino superior no Brasil e que é composto por reitores de universidades públicas e privadas de todo território nacional[1]. A partir de sua gestão no CRUB é possível observar ampliações,

[1] Disponível em: https://www.crub.org.br. Acesso em: 09/11/2022.

convênios e acordos públicos e privados na UFPel com objetivo de habilitar e especializar estudantes e servidores.

O objetivo desta pesquisa é compreender as articulações das ações de Delfim Mendes Silveira na direção do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e na reitoria da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A pesquisa busca se aprofundar nos anos de 1975 e 1976, e é desenvolvida a partir da coleção de *clipping* da Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas (ACS-UFPel), atual Coordenação de Comunicação Social da UFPel (CCS-UFPel), presente no Núcleo de Documentação Histórica Beatriz Loner (NDH-UFPel). Embora a direção de Delfim Mendes Silveira tenha perdurado até o ano de 1977, na coleção de *clipping* da ACS identifica-se a falta dos recortes referentes a este ano. Nesse sentido, nos ateremos aos anos de sua participação no CRUB e na reitoria a partir dos recortes presentes no acervo.

A coleção de *clipping* da ACS está salvaguardada, como apontado acima, no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPel), um importante espaço de pesquisa composto por fundos relacionados a história do trabalho, imprensa, sindicatos e partidos, movimentos sociais, a Universidade Federal de Pelotas, acervos pessoais, entre outras temáticas, das quais se pode desenvolver diversas pesquisas. A coleção de *clipping* faz parte do acervo UFPel e é composta em sua maioria por páginas do jornal *Diário Popular*. A coleção em questão foi recentemente organizada e pouquíssimo explorada, entretanto, se mostra como uma fonte com muito potencial para pesquisas sobre a construção e o desenvolvimento da universidade, articulações entre a cidade e o governo, o desenvolvimento agrário regional, entre outras temáticas.

As relações que podem ser observadas a partir da coleção de *clipping* da ACS despertaram meu interesse a partir dos projetos que fui integrante ao longo da graduação. Da mesma forma que as estratégias para o estabelecimento de poder político, as relações políticas entre Estado e seus agentes também estiveram presentes nas pesquisas que desenvolvi ao longo destes anos. A partir de um contato mais profundo com a temática, a história política ganhou enfoque e se estabeleceu como centro de minhas pesquisas e trabalhos. Através da coleção de *clipping* presente no NDH-UFPel, pude iniciar uma pesquisa que aborda os

desdobramentos políticos das ações do reitor Delfim Mendes Silveira na cidade de Pelotas, além da formação e desenvolvimento da UFPel.

Embora pesquisas sobre relações políticas dentro das instituições universitárias estejam ganhando espaço, esta monografia de conclusão de curso se mostra relevante pelo ineditismo inerente tanto à fonte quanto à temática ao inserir as ações de um reitor como fator determinante para o desenvolvimento de uma instituição no período da ditadura civil-militar. Acervos jornalísticos como o da ACS são imprescindíveis para compreendermos a constituição da memória institucional na Universidade, e para além, explorar a acolhida da sociedade pelotense sobre as mudanças promovidas pelo reitor.

Para dar suporte à pesquisa, alguns autores comporão a discussão sobre o contexto nacional e universitário, o papel da mídia e seus usos para a análise histórica, e sobre o conceito de trajetória para analisarmos a figura do então reitor da UFPel. De antemão, evidenciamos a falta de estudos referentes a fonte desta monografia, o *clipping*, e buscaremos, através dos conceitos acima elencados, desenvolver um trabalho crítico. Nesse sentido, iniciaremos as discussões acerca do período precedente a 1976, a começar pelo então presidente da república, o General Ernesto Geisel, que segundo Ferreira (2017 p. 60) “ficou conhecido pelo processo de abertura política, denominada pelo próprio presidente de “política de distensão” que seria lenta, gradual e segura, com vistas à implantação do sistema democrático no país”. No entanto, para Ferreira (2017) mesmo ações como a permissão para propaganda eleitoral oposicionista não evitaram as condutas autoritárias do governo, que de maneira persistente promovia a repressão às organizações clandestinas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o uso, em diversas ocasiões, do AI-5 (FERREIRA, 2017, p.61). Segundo Motta, “Apesar de gerarem, com frequência, [estas] situações paradoxais, os impulsos repressivos e modernizadores se combinaram e se alavancaram mutuamente, servindo ao projeto de poder e aos planos econômicos da ditadura” (MOTTA, 2018, p.93).

Para compreendermos o desenvolvimento deste governo no contexto universitário, Motta afirma que as “ações variaram desde a repressão mais violenta, como nos episódios de invasão policial aos campi [...] até o estabelecimento de mecanismos legais desenhados para coibir o ativismo de oposição, como o mal

afamado decreto 477[2]" (2018, p.93). A política binomial segurança e desenvolvimento foi mantida nas universidades brasileiras durante este período, o aumento no número de cursos e vagas, assim como o de verbas seguia em conjunto a um sistema marcadamente repressivo.

Segundo Kantorski, uma das primeiras medidas tomadas pelo regime recém implantado buscou o combate à oposição na sociedade política e na sociedade civil, sendo chamada de "Operação Limpeza" (2017, p. 45), essa investigação ocorreu em diversos campi universitários, entre eles o da Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), chegando a atingir os campi em Pelotas desta última. Segundo Silveira "Foram presos e expulsos professores, técnico-administrativos, pesquisadores e estudantes" assim como "foram formadas comissões, compostas por militares e civis, tendo professores das instituições, que cumpriram o papel de delatar, julgar e expulsar seus pares" (2014, p. 61).

Para esta discussão, também devemos considerar o importante papel da mídia para a manutenção do sistema conservador e moralista que se consolidou ao longo do regime civil-militar. Para as historiadoras Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007), é importante superar e problematizar a partir de uma análise ideológica, a falsa neutralidade da imprensa, afinal, ela não está acima, nem fora da realidade a qual está inserida, e é carregada de interesses. Segundo Dantas, "a participação da mídia nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos" (2014, p.65), de acordo com o autor, mesmo os apoiadores mais empenhados em agradar o regime, como no caso dos grandes jornais, *O Estado de S. Paulo, O Globo*, e o notório *Tribuna da Imprensa*, sofreram com a censura.

Outro ponto importante a ser discutido é o uso das mídias como fonte histórica, as pesquisas neste sentido podem ser uma prática de abordagem da realidade social, pois elas modelam formas de pensar e agir, definem papéis sociais, generalizam posições e interpretações que se pretendem universais (MACIEL, 2004, p. 15). A atuação da mídia, nesse sentido, se estabelece a partir das mobilizações que causam à sociedade, assim como a constituição de consensos e

---

[2] O decreto previa punições a infrações disciplinares de cunho político realizadas por professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino. Fonte: FGV. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-lei-n-477

opiniões gerais. Segundo Henrique Junior (2019, p.29), os periódicos são fontes transformadoras de sua própria intervenção e das mudanças no mundo da comunicação. Ainda de acordo com o autor, com o passar do tempo “os jornais e revistas passaram de transmissores de ordens simples para agirem de forma mais explícita como mensageiros de processos ideológicos de construção de pensamento”, agindo, então, de acordo com as demandas das forças sociais (HENRIQUE JUNIOR, 2019, p. 26).

Segundo Luca (2008), deve-se analisar o periódico por meio de sua conjuntura, percebendo aquilo que ele representa no momento para seu público. É essencial historicizar o periódico, usá-lo não como forma de verificação ou afirmação de um fato, mas sim para construir uma narrativa através dele. Nesse sentido, o uso das mídias como fonte histórica demanda uma análise elaborada, visando o contexto de sua publicação, assim como os agentes envolvidos nela.

Para a história política, Capelato (1988 apud LUCA, 2008, p.129) afirma a necessidade do uso da fonte, tendo em vista

> o papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (CAPELATO 1998 apud LUCA, 2008, p.129)

Luca (2008) destaca que o uso destas fontes é essencial, não só para a análise de períodos autoritários, mas também para estruturas de poder em seu sentido mais amplo. Tendo em vista a grande produção midiática em volta da temática política, os periódicos se tornam uma fonte diversa, possibilitando múltiplas abordagens.

Para analisarmos a trajetória de Silveira enquanto reitor da UFPel e diretor do CRUB, debateremos acerca dos conceitos de biografia e trajetória. Vavy Pacheco Borges afirma que para realizar uma biografia meticulosa deve-se dar um “mergulho na alma” do biografado (2005, p. 214) e, assim, observar sua vida em vários aspectos. Outros autores, como Karsburg, Weber e Farinatti (2015, p. 33), afirmam que “[...] a biografia deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo [e] problematizar os vários momentos da existência”, ao passo em que o biógrafo esquiva-se da “ilusão biográfica” definida por Bourdieu, como uma pesquisa composta por poucos questionamentos e problematizações.

Todavia, “a trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, WEBER, FARINATTI, 2005, p.34). Bourdieu (2006) declara que não é possível entender uma trajetória sem que se analise a conjuntura de seu desenvolvimento, isto é, o confronto dos personagens envolvidos com a trajetória e seus contextos deve estar presente nestas análises. Desse modo, entendemos que observar a trajetória de Delfim Mendes Silveira e suas relações com o governo nos âmbitos regionais e nacionais, enquanto reitor da UFPel e diretor do CRUB, respectivamente, auxilia a entender o contexto de desenvolvimento da Universidade durante a ditadura civil-militar.

Através das páginas do *clipping* da ACS foi possível traçar a trajetória de Silveira na instituição e entender as movimentações do período na cidade. Desse modo, esta coleção se mostra uma importante fonte para pesquisas sobre a região sul do estado e a instituição no período que compreende, tendo em vista a inexistência, até o desenvolvimento deste trabalho, de pesquisas relacionadas à coleção. Assim, nosso trabalho não pretende de nenhuma maneira esgotar as possibilidades de pesquisa neste fundo, mas sim evidenciar suas possibilidades.

No primeiro capítulo analisaremos duas relações fundamentais a este trabalho: a receptividade da cidade de Pelotas à Ditadura civil-militar e os caminhos traçados para o exílio a partir da cidade. E também os mecanismos de enfrentamento aos supostos subversivos nas instituições universitárias do país e da URGS. Pretendemos, assim, analisar a instalação e desenvolvimento do regime civil-militar no contexto universitário no município.

No segundo capítulo, trataremos mais especificamente das relações entre Delfim Mendes Silveira, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e o Presidente da República Ernesto Geisel para o desenvolvimento da UFPel. Neste capítulo o trabalho é centrado na figura de Silveira como articulador entre Estado, a Universidade e a cidade de Pelotas.

CAPÍTULO 1 - DELFIM MENDES SILVEIRA, A IMPLANTAÇÃO DO REGIME CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE PELOTAS E A OPERAÇÃO LIMPEZA NA URGS

1.1 A cidade de Pelotas e a implantação do regime civil militar

Para entendermos as movimentações da cidade de Pelotas a partir de 31 de março de 1964, é necessário também entender as contradições deste município no interior do Rio Grande do Sul. Vania Ferreira (2017) afirma em sua dissertação uma posição geral da cidade, que teria sido de apoio a instauração do governo ditatorial, entretanto, podemos observar em pesquisas recentes a existência de oposição na cidade, e mais que isso, uma resistência articulada e determinada desde os primeiros dias de golpe. Ao evidenciar a adesão geral da cidade, entendemos que a historiadora buscou, através das classes patronais/produtoras, elencar um dos movimentos que teve grande repercussão midiática, e assim um impacto maior na cidade. Segundo Marília Silveira, pode-se perceber que “Pelotas ofereceu importante resistência à ditadura militar, articulando-se logo no momento do golpe” (2010, p.2). A autora ainda evidencia que os movimentos pró Goulart na cidade ocorreram logo nos primeiros dias de instauração do regime e estavam alicerçados nas militâncias estudantis e sindicais.

Estes se concentraram na Casa do Trabalhador de Pelotas, mobilizando e articulando os cidadãos que quisessem oferecer resistência ao golpe a partir de greves e na tentativa de formar Grupos dos 11[3]. Esta militância na cidade de Pelotas desenvolvia várias atividades, a exemplo, o apoio ao governo eleito e as declarações de greve, também destacamos aqui - e em diante retomaremos - sua participação na construção de rotas de exílio que possibilitaram a fuga de militantes para o Uruguai e Argentina. A localização estratégica desta cidade de médio porte tornou possível sua significativa participação nesta arriscada atividade e ofereceu uma passagem mais segura a quem seguia o caminho para o exílio.

Em sentido divergente aos militantes pela legalidade, observa-se nas classes produtoras pelotenses relativa aderência às mobilizações militares. Segundo Vânia Ferreira (2017), estas classes demonstraram seu apoio logo nos primeiros dias de

[3] Este era um grupo revolucionário composto por 11 pessoas - associando sua formação a um time de futebol - que se organizavam em pequenas células que poderiam ser mobilizadas agrupadamente (TAVARES, 2015).

ditadura através do jornal *Diário Popular.* A Associação Comercial e o Centro de Indústrias da cidade enviaram ao Comando da Guarnição Federal um ofício em que "exaltam a ação patriótica das Forças Armadas e as novas resoluções para manter a ordem na cidade" (2017, p.92), e ainda afirmaram, "o exército brasileiro acaba de prestar ao país grande serviço"[4], demonstrando assim, entusiasmo com o novo regime. Também é notório a participação dos civis associados ao conservadorismo para instauração do regime. Através de caminhadas e marchas estes buscavam desestabilizar o governo de João Goulart e legitimar a instauração de um possível golpe. Nesse sentido, a organização ultraconservadora Tradição, Família e Propriedade (TFP), articulava no interior do estado Marchas com Deus Pela Liberdade como a ocorrida em Rio Grande no dia três de março[5]. Após a instauração do regime civil militar estas marchas adotam outra finalidade, a de saudar o regime.

No interior do Rio Grande do Sul, as primeiras movimentações em oposição contaram com apoio de estudantes e sindicalistas, como já comentado, mas para além deste escopo, Silveira (2014) afirma, através de pesquisa realizada no jornal *Última Hora,* que havia militância religiosa e política, nas igrejas, nas câmaras de vereadores, nos partidos, mesmo os clandestinos, e também nos movimentos sociais e camponeses. Ainda segundo a autora:

> Também são noticiadas as mobilizações e manifestos de diversas entidades e movimentos: SindiPetroSul, Federação do Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul, Sindicatos de Bancários, Comando dos Trabalhadores Intelectuais, Agrupamento de Residência da Zona Sul de Porto Alegre, União Estadual de Estudantes, União Gaúcha de Estudantes Secundaristas, Federação Estudantil da URGS, Movimento Nacionalista, Movimento Nacionalista Feminino, Comando Sindical Feminino, Comando de Reivindicações do Magistério, Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos, Comando Sindical de Porto Alegre, Movimento dos Agricultores Sem Terra / MASTER, Frente de Mobilização Popular (SILVEIRA, 2014, p.55)

Ainda estavam mobilizadas partes das forças da Brigada Militar, além de algumas prefeituras e Câmaras de Vereadores. A mobilização destas entidades foi fundamental neste momento, para a deflagração de greves, e também para manifestações pró legalidade.

---

[4]Noticiadas, respectivamente em: DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 16 de abril de 1964. p.8. e DIÁRIO POPULAR. Porto Alegre, 5 de abril de 1964. p. 10 (apud FERREIRA, 2017, p.92).

[5]A TFP mobilizou ônibus do interior, como na cidade de Pelotas, para marcha em março de 1964, segundo o *Diário Popular* Pelotas, 3 de março de 1964. p.4 (apud SILVEIRA, 2014, p.66).

Nos poderes legislativos e executivos de Pelotas as reações ao golpe foram quase que imediatas. A Câmara de Vereadores da cidade moveu por unanimidade moção em 1º de abril contra a instauração do regime, o documento buscava ressaltar a necessidade da legalidade para que os setores públicos mantivessem sua funcionalidade[6]. Em outro sentido, o então prefeito Sr. Edigar Fetter declarou ao jornal *Diário Popular* "estar preocupado unicamente em manter a ordem pública e garantir a tranquilidade indispensável ao bom funcionamento das forças vivas do município"[7]. Na mesma matéria o prefeito afirma ter entrado em contato com os setores envolvidos na segurança pública para acertar as providências a serem tomadas. Neste momento a posição do prefeito não fica muito explícita, mas ao decorrer dos anos não só a posição como o apoio ao regime evidenciam-se. Não por acaso em 1971 o Sr. Fetter é indicado indiretamente ao cargo de vice-governador, cargo este que ocupou até 1975. Podemos observar, dessa maneira, essas relações de rejeição e apoio ao golpe para corroborar na reflexão acerca das disputas do poder regional.

De forma mais ou menos explícita boa parte da imprensa gaúcha, assim como a brasileira, mostrou seu posicionamento logo após o estabelecimento do golpe. Segundo Marília Brandão Amaro Silveira (2010), manifestações de animosidade foram evidenciadas em páginas dos jornais do estado, como o recém fundado *Zero Hora* e o jornal pelotense *Diário Popular*. No primeiro, a matéria que estampa a edição saúda o General Mário Poppe[8] como "uma figura cristã e democrática". Cartas de apoio assinadas por estudantes de Direito de Passo Fundo e pelo reitor da Universidade de Santa Maria declaram que o general poderia tomar "medidas tendentes a sanar o meio estudantil das influências de ideologias estranhas à nossa formação democrática e cristã"[9]. O jornal *Diário Popular* da cidade de Pelotas, destacou-se mais tarde ao fazer campanha a favor da ARENA. Ainda segundo Silveira,

---

[6] Diário Popular, 08/04/1964 (apud FERREIRA, 2017, p.95).
[7] DIÁRIO POPULAR. *Prefeito Preocupado em Garantir a Ordem Pública*. Pelotas, 02 de abril de 1964 (apud SILVEIRA, 2014, p.67).
[8] Em 1964, Poppe fez parte do "III Exército Revolucionário" contra o exército legalista, chegando a ocupar o cargo de comandante do III Exército e, mais tarde, em 1966 a ser promovido a marechal. Fonte FGV. Disponível em: https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-poppe-de-figueiredo. Acesso em: 24/11/2022.
[9] Noticiada em ZERO HORA. Porto Alegre, 5 de maio de 1964. Coluna ZH Militar (apud SILVEIRA, 2014, p.67).

> A propaganda pelo jornal não constituía novidade, mas surpreende a proporção que tomou, notadamente, nos jornais do Diário Popular, em matérias que não deixam explicitar se foram pagas ou fizeram parte do noticiário. As matérias cobriam apoios, como a carta de Meneghetti a Fetter, a popularidade dos candidatos da ARENA, plataformas e agendas de campanha etc. O jornal, embora tenha publicado matérias do MDB, foi notadamente monopolizado pelos candidatos governistas. (SILVEIRA, 2010, p.32)

Este jornal pertencia a família Fetter, que em geral posicionou-se a favor do golpe, e como podemos constatar, também foi beneficiada por ele. Dessa forma, observamos aqui a constituição de uma elite que se manteve no poder a partir da representação de um conjunto de práticas e propostas políticas.

Pelotas está localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul, e está a 261 quilômetros de Porto Alegre, a capital do estado. Mesmo longe dos centros políticos do país, o município desempenhou um papel fundamental durante a ditadura civil-militar, que possibilitou a construção de uma rede de apoio aos refugiados do regime. Graças a sua localização, os militantes poderiam deixar o Brasil e chegar ao Uruguai e Argentina. O município está localizado às margens do Canal São Gonçalo que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, sendo esta última transfronteiriça com o Uruguai. Por ser uma das maiores cidades do sul do estado, ocupando uma área de 1609 km², e com menor controle por parte dos militares, a cidade se estabeleceu como uma segunda fronteira, onde os militantes que estivessem na rota do exílio poderiam parar e rearticular suas estratégias (GONÇALVES, 2022).

Segundo Silveira,

> As rotas de exílio teciam teias de solidariedade estabelecidas entre militantes, colaboradores e correntes para garantir a segurança dos procurados e, também, organizar ações políticas que necessitassem contato com militantes já exilados. [...] eram rotas voláteis, constantemente reelaboradas, que possibilitavam a saída - e às vezes entrada - de pessoas, informações e materiais. (SILVEIRA, 2017,p.92)

Na região sul do país estas rotas poderiam ser traçadas por dois meios, o marítimo, através da travessia de barco ou navio pela Lagoa Mirim ou pelo mar, e o terrestre, por meio do trem ou ônibus. No início do regime, o pouco controle exercido pelas forças repressivas no transporte férreo corroborou para que dezenas de militantes pudessem sair de Porto Alegre rumo a Pelotas e Jaguarão. Entretanto, ao decorrer dos anos, estas linhas começaram a ser mais visadas pelos militares, fazendo com

que os militantes optassem pela travessia de ônibus pelo estado. Segundo Manoel Coelho, colaborador e exilado político, evitavam-se locais de controle e identificação[10]. Dessa forma, os militantes eram levados por outros colaboradores a cidades menores, onde o controle era reduzido e poderiam pegar o transporte sem apresentação de documentos. A travessia por navio ou barco também poderia ser complicada, pois tanto no barco quanto no navio havia certo controle. Vera Lopes, militante na época, afirma que ao passar alguns militantes Chico Carúscio[11], colocava-os no porão de seu barco para transportá-los pela Lagoa Mirim[12]. Carúscio era um colaborador pelotense que se valia de sua classe social e posição na cidade de Pelotas para auxiliar os militantes sem causar dúvidas acerca de suas atividades. Ambas modalidades de travessia tinham seus riscos e dependiam de uma confiança política e pessoal, muitas vezes exercida por terceiros. Em uma das memórias de Frei Betto podemos notar este sistema de confiança:

> Encontrei Marighella em pleno Jardim Europa nos primeiros dias de maio de 1969. [...] A troca de olhares bastou para que eu abandonasse o ponto de ônibus e o acompanhasse. Ninguém mais parecia atento a nós, o que, se de um lado me tranquilizou, de outro deixou-me na dúvida se de fato Marighella possuía um esquema de segurança. [...]. Ele soubera que eu estava de mudança para o Rio Grande do Sul e queria que eu aceitasse acompanhar, em Porto Alegre, a passagem de refugiados políticos que se destinavam a entrar no Uruguai para, em seguida, viajar a Europa. Seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o país, independente de siglas políticas, e não um serviço exclusivo à ALN. Aceitei o pedido, ciente de que ele se adequava à tradição da Igreja de auxílio a refugiados políticos.(FREI BETTO, 2009. Apud. SILVEIRA, 2014, p. 96)

Segundo Darlise de Gonçalves, a cidade de Pelotas “está inserida nessa [mesma] teia de solidariedade e resistência que compõem a rota das Travessias" (GONÇALVES, 2022, p.27). Ainda segundo a autora, essas teias possibilitaram uma rede de mobilidade para Leonel Brizola. Essa segunda fronteira, destacada na cidade de Pelotas por sua localidade e tamanho, foi essencial para garantir a mobilidade e a articulação de uma travessia de maneira mais segura pela fronteira sul.

---

[10] COELHO, Manuel. Militâncias e Rotas de Exílio. Pelotas, 2014. Entrevista concedida à Marília Brandão Amaro da Silveira (apud SILVEIRA, 2014, p.97).
[11] Personagem de um membro da sociedade pelotense que decidiu por não ser identificado.
[12] LOPES, 2009.

1.2 Operação Limpeza: expurgos, demissões e aposentadorias para "subversivos"

A partir dos primeiros dias de instalação do golpe no Brasil as forças repressivas iniciaram um processo de "limpeza" das instituições públicas. De órgãos municipais até Universidades, esta ação buscou livrar o funcionalismo público dos possíveis subversivos e coibir ações de funcionários, e também professores e alunos nas instituições de ensino. Logo no dia 9 de abril de 1964 foi editado o Ato Institucional nº1, que previa a cassação de direitos político e a suspensão de garantias constitucionais:

> Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República [...] Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.[13]

O documento ainda continha em anexo 102 nomes de sindicalistas, parlamentares, intelectuais, membros do corpo militar, entre outros. Estes seriam então, os primeiros a serem cassados pelo regime. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1985), essa foi a primeira medida para constituir as bases legais para a execução da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), e facilitar o controle sobre os setores militares que ainda pudessem discordar do regime.

Abrimos neste momento, um breve paralelo para discutirmos acerca da DSND e entendermos as reverberações desta doutrina tanto para o estabelecimento do regime civil militar no país, quanto para as perseguições políticas ocorridas em órgãos públicos. Em 1949 surge a Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada na National War College dos Estados Unidos que fez parte da "diplomacia total" adotada pelos EUA durante a Guerra Fria. Segundo Alves (1985, p. 24), a ESG recebia instruções de consultores estadunidenses e franceses, e tinha por objetivo treinar seu pessoal para funções de direção e planejamento da segurança nacional, além de elaborar um método de análise e interpretação dos fatores diplomáticos,

---

[13] Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 24/11/2022.

políticos, militares e econômicos que condicionaram o conceito de estratégia. Oliveira (2018), afirma que foram desenvolvidos na instituição os conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: I) segurança nacional, segurança interna e oposição; II) geopolítica: o papel do Brasil no contexto internacional; e III) um modelo econômico. Dessa forma,

> articulou-se na ESG tanto militares quanto civis e na qual a questão da segurança se metamorfoseou da doutrina de defesa nacional [voltado às ameaças externas] para a doutrina da segurança nacional, entendendo-se essa como segurança interna e externa (IANNI, 1984, p. 64-65, Apud. OLIVEIRA, p.62).

Como evidenciado por Octávio Ianni, conforme Veridiana Oliveira, essa doutrina passa a incorporar o meio civil. Segundo Padrós (2005), a DSN tem por base dois elementos essenciais: Primeiro, a repressão decorrente da tensão causada pelo capital internacional e elites locais com o objetivo de impor um novo modelo de acumulação; Segundo, o avanço dos projetos revolucionários ou reformistas que acentuam as contradições de classe. Dessa forma, de acordo com o autor, é traçada uma guerra contra o “inimigo interno”, com o objetivo de destruir total e permanentemente a oposição no país em nome das burguesias nacionais e do mercado internacional. Nesse sentido, compreendemos que a despolitização e desmobilização das repartições públicas pretendia prevenir-se de ideias progressistas, e também, que as políticas de desestabilização e perseguição política em órgãos públicos atendiam a interesses ideológicos e econômicos.

Nos ambientes de pesquisa e ensino a DSND deu seus primeiros passos a partir da AI-1, e ao longo de toda “operação limpeza” podemos assistir seu desenvolvimento. Vania Ferreira (2017) aponta a invasão pelos militares do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS) e da Escola de Agronomia Eliseu Maciel (EAEM), ainda no ano de 1964. Segundo as testemunhas da invasão, ela teria sido abrupta e gerado um clima de terror entre os funcionários das instituições[14]. O relatório do Inquérito Policial-Militar (IPM) intitulado “Subversão em Pelotas/RS” concluiu que as ações subversivas nas instituições eram intensas, havendo acusações de treinamento de grupos dos 11 e da existência de armamento escondido nas instituições. Entretanto, o mesmo relatório afirma que "apesar das exaustivas e intensas investigações procedidas, com interrogatórios e informações

[14] Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 (apud FERREIRA, 2017, p. 99).

de inúmeros funcionários [...] com depoimentos no presente inquérito. Nada a respeito dos mesmos foi conseguido provar”[15]. Ainda no corpo técnico do IPEAS, foram detidos 3 funcionários em 5 de junho de 1964, Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Darcy Carret funcionário da instituição sem cargo identificado, e Dr. Amaury Alfredo de Arruda, agrônomo do IPEAS. Sob acusação de exercício de atividades subversivas e ligações com movimentos comunistas, os acusados foram presos e enquadrados na Lei 1802/1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Em decorrência de sua prisão o agrônomo Amaury Alfredo de Arruda foi demitido de seu cargo de engenheiro agrônomo no Ministério da Agricultura em outubro de 1964 (FERREIRA, 2017).

A expressão “operação limpeza” era utilizada pelos agentes repressivos para declarar a determinação em afastar os opositores do recém instalado regime. A expressão também indicava que para além dos membros de movimentos sociais, membros de partidos políticos de oposição e afins, a operação também se concentraria em limpar a corrupção das instituições públicas, mas, em primeiro momento, o alvo eram os inimigos políticos. No livro *As universidades e o Regime Militar*, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014), evidencia a dificuldade em encontrar informações acerca do número de prisões realizadas em decorrência da operação. Entretanto, através de registros de diplomatas americanos e alguns outros consulados, o autor afirma que entre 20 e 30 mil pessoas foram presas logo após a instalação do golpe civil militar, sendo impossível saber quantos destes eram servidores, alunos, professores ou apenas membros da oposição. Todavia, o número de prisões de professores e alunos das universidades brasileiras tende a ser elevado, considerando a crítica ao senso comum e ao sistema capitalista parcialmente estabelecido nessas instituições de ensino[16].

Nas Universidades brasileiras a “operação limpeza” foi desenvolvida em dois momentos. O primeiro nas intervenções em reitorias, e o segundo, nos

---

[15] Arquivo Nacional. Processo APA/ACE 014573/87 (apud FERREIRA, 2017, p. 100).

[16] A partir dos anos 1950 por influxo de eventos mundiais - a Revolução Cubana e as guerras de libertação na África e Ásia - e nacionais - a Industrialização e urbanização e crescimento de movimentos sociais - cresce a demanda por bacharéis, o número de universitários se expande,e a classe se torna notável na sociedade brasileira. No início dos anos 1960, no governo de João Goulart, a União Nacional de Estudantes ganha espaço no debate político, e amplia a voz dos estudantes (MOTTA, 2014).

procedimentos inquisitoriais e expurgos. As intervenções nas reitorias ocorrem como um facilitador para o regime, pois assim aposentadorias compulsórias, demissões entre docentes e técnicos, além da expulsão de discentes poderiam acontecer com maior controle e segurança. Tendo em vista que alguns reitores e diretores de escolas e faculdades isoladas eram apoiadores do governo recém destituído, a “limpeza” se tornou essencial. Com o intuito de demonstrar certa legalidade nas ações, as forças moderadoras atuam nesta transição dos reitores e diretores. Esse processo de legitimação das alterações administrativas nas instituições foi alicerçado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que ficou responsável por indicar os administradores temporários. Esse processo também contava com o estabelecimento de conselhos universitários, que após a destituição do reitor, elaboravam listas de possíveis nomes para ocupação do cargo.

Segundo Motta (2014), às autoridades delegaram às próprias instituições públicas o dever de investigar e punir seus servidores. Nesse sentido, procedimentos inquisitoriais ocorreram a partir do desenvolvimento de IPM’s dentro das instituições, e da formação de comissões. Esses inquéritos ficaram conhecidos pela forma arbitrária que eram conduzidos, já que em teoria as IPM’s não poderiam condenar nem julgar ninguém, mas na prática amedrontava e coagia os investigados. As comissões foram formadas a partir da portaria de nº259, de 20 de abril de 1964, do Ministério da Educação (MEC) que sugeria a instauração de inquéritos administrativos pautados no AI-1 para averiguar os possíveis crimes cometidos nas instituições. Esses comitês poderiam ser formados por docentes, e/ou membros do corpo civil, assim como alunos e militares, a depender da instituição. O nome dessas comissões também variava, na Universidade de Minas Gerais (UMG) fora denominada “Comissão de Sindicância", já na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) “Comissão Especial de Investigação Sumária”. Segundo Silveira, essas comissões “cumpriram o papel de delatar, julgar e expulsar seus pares" (2014, p.61) de acordo com o apontamento das investigações.

Logo no primeiro ano algumas universidades foram afetadas pela operação, entre elas a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de Minas Gerais (UMG) e a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). A jovem UnB atraiu atenção nacional e foi considerada um centro de subversão pelas forças repressivas, que

logo após a invasão de seu campus decretou a destituição de seu reitor, Anísio Teixeira, e de seu vice, Almir Castro, assim como todo o Conselho Universitário. Para ocupar o cargo foi escolhido o professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), Zeferino Vaz. Conhecido como “revolucionário de primeira hora’ e administrador universitário respeitado” (MOTTA, 2014, p.39), o novo reitor teve dificuldades em manter-se na administração da instituição, principalmente por conta do controle exercido pelos militares. Mesmo assim, sua administração buscou exercer ações conciliatórias. Logo quando assumiu negociou com as autoridades a liberação de alunos e professores que ainda estavam presos, no mesmo ano demitiu nove professores e instrutores. Na UnB a atuação de IPM’s foi latente, entretanto ao fim de 1964 a maior parte das investigações haviam sido fechadas e só recuperaram a intensidade em 1968 (MOTTA, 2014)

Houveram na UMG duas tentativas de intervenção no primeiro ano de regime militar. Num primeiro momento a tentativa ocorreu na Faculdade de Filosofia da instituição, entretanto os esforços só mantiveram a intervenção por cinco dias. Em julho, as autoridades tentam novamente intervir, mas dessa vez na reitoria. A partir desta tentativa o então reitor da instituição, Aluísio Pimenta, mobiliza apoio para reverter a situação, entra em contato com jornais, e com figuras influentes da época, como Milton Campos, então Ministro da Justiça. O reitor tentava através dessas comunicações apontar a falta da liberdade promovida no discurso pelo estabelecimento do golpe civil militar. Essa reação do reitor gerou uma repercussão negativa para o regime, o que levou Castello Branco a determinar a suspensão da intervenção na UMG apenas dois dias após seu início. A postura da reitoria frente às investidas militares também refletiu no processo na sua Comissão de Sindicância. Segundo Motta,

> O reitor e outros dirigentes universitários assumiram atitude de resistência passiva diante das demandas de repressão, por entender que não lhes competia o trabalho da polícia. Sua estratégia foi atender a determinação do MEC e nomear uma comissão de cinco membros (quatro professores e um estudante), mas sem ânimo real para apontar culpados. Evidência disso foi a demora em nomear a Comissão de Sindicância, que só começou a atuar no dia 9 de maio, a cinco dias apenas da data de entrega do relatório (MOTTA, 2014, p.56).

Outra estratégia utilizada pela instituição foi se restringir a solicitar informações às direções das faculdades e ao Dops. Ao entregar o relatório, a comissão não apontou

culpados de subversão, alegando que as poucas denúncias recebidas não tinham substância.

O caso da Universidade do Rio Grande do Sul possui algumas especificidades, entre elas a composição de sua comissão, e a forma que foi estruturada. No momento do golpe a reitoria da Universidade era ocupada por Eliseu Paglioli, que havia sido Ministro da Saúde de João Goulart em 1962 e ainda mantinha ligações com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a instauração do regime civil militar esses laços tornaram a situação do reitor complicada e permitiram que ele entrasse na lista de suspeitos de subversão e fosse retirado do cargo logo nos primeiros dias de abril (MOTTA, 2014). Em 24 de maio, alguns dias após a saída do reitor, o Conselho Universitário da URGS se reuniu para montar a lista de possíveis substitutos. Movido pelo novo cenário político, o Conselho escolheu como primeiro nome a compor a lista o professor José Carlos da Fonseca Milano, aprovado pelo governo de Castello Branco dias depois. Milano era afinado com o regime e "fez gestões para afastar o maior número possível de professores suspeitos aos olhos das autoridades repressivas" (MOTTA, 2014, p.42), não à toa a Universidade teve um dos maiores índices de expurgos em 1964.

Logo no dia 18 de maio, quando Milano foi confirmado para a reitoria, houve a instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) na universidade, estabelecida através da Portaria de nº 855, baixada pelo novo reitor. Segundo a Portaria, a estrutura da CEIS/URGS funcionaria "em cumprimento ao artigo 7º do Ato Institucional e ao Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, que o regulamentou"[17]. E de acordo com a Portaria de nº 259, de 20 de abril de 1964 baixada pelo Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda. Segundo Jaime Mansan, embora houvesse uma aparente simplicidade na organização, a CEIS/URGS "caracterizou-se por um intrincado e complexo funcionamento" (2009, p.88). Mansan ainda afirma que:

> De modo geral, a atuação da comissão alinhou-se com as principais diretrizes da DSND, particularmente quanto aos grupos político-ideológicos mais visados. A preocupação com a legitimidade de suas ações fez com que os membros da CEIS/UFRGS elaborassem um conjunto de formalidades e rituais burocráticos, o que era condizente com o modo de reprimir típico daquela conjuntura imediatamente posterior ao Golpe (MANSAN, 2009,p.88).

[17]UFRGS. Reitoria. Portaria nº 885 de 18 de maio de 1964 (apud MANSAN, 2009, p.84).

Para auxiliar no processo inquisitório, alguns dias antes da instalação da CEIS, o MEC enviou um telegrama a reitoria da universidade pedindo acompanhamento militar do processo:

> MAGNÍFICO REITOR UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE SUL PALEGRE RS EM ADITAMENTO AVISO 705 DE 22 CORRENTE VG RECOMENDO VOSSA MAGNIFICÊNCIA ENTRE ENTENDIMENTO COMANDO III EXÉRCITO VG SOLICITANDO LHE INDICAÇÃO UM SERVIDOR MILITAR FIM ACOMPANHAR PROCESSOS SUMÁRIOS ARTIGO 7º ATO INSTITUCIONAL ESSA UNIVERSIDADE VG ASSESSORANDO COMISSÃO DESIGNADA VOSSA MAGNIFICÊNCIA NOS TERMOS NOSSA PORTARIA 259 DE 20 ABRIL PT CERTEZA CONTAR SUA COLABORAÇÃO SUBSCREVO ME CORDIALMENTE FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA PT MINISTRO EDUCAÇÃO[18].

Esta intervenção pode ser entendida como resquício da preocupação do governo com a antiga reitoria. Mas foi de suma importância para o desenvolvimento da comissão, tendo em vista que o oficial indicado, Gen. Jorge Cesar Garrastazu Teixeira, estava presente em todas as reuniões desde o começo da CEIS e atuou ativamente na coordenação de trabalhos desenvolvidos pela comissão (MANSAN, 2009).

Logo após assumir, Milano tomou a frente da comissão pedindo ao MEC a extensão do prazo de entrega do relatório, alegando a formação tardia da comissão. Alguns dos professores que compunham a CEIS pediram afastamento ou deixaram de ir às reuniões quando perceberam que as investigações e punições seriam efetivas. A Comissão Especial de Investigação Sumária da URGS formou-se, então, por quinze membros, sendo um deles militar. E teve um importante papel nos expurgos e aposentadorias que ocorreram nos anos seguintes. Uma das características dessa comissão era o estabelecimento de uma espécie de julgamento, onde o acusado poderia ser ouvido, e seria julgado pelos seus pares, contudo, a decisão era tomada pelos membros sem a necessidade de provas ou defesa.

Em setembro de 1964 foi publicada a lista de professores afetados pela CEIS, quatorze professores foram retirados da instituição, sendo este um dos índices mais altos de professores afetados naquele ano nas Universidades brasileiras. Alguns destes sofreram aposentadorias compulsórias e outros expurgo.

---

[18] UFRGS. CEIS. Ata da Reunião de Instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária, 18/05/1964, p. 2. UCS/CEDOC/LTM (apud MANSAN, 2009, p.86).

É importante ressaltar que a publicação não conta com os professores e funcionários que foram expulsos anteriormente por questões ideológicas e nem os casos de abandono, muitas vezes causados pela pressão sofrida no ambiente universitário.

A Portaria de nº 855 ainda previa, em congruência com a Portaria de nº 259, a indicação de pelo menos um responsável para cada unidade de ensino, o que foi característica da instituição. Além do Gen. Jorge Teixeira, outros quatorze membros faziam parte da CEIS:

> Luiz Carlos Guimarães (indicado pela Faculdade de Odontologia de Porto Alegre), Moysés Westphalen (Faculdade de Agronomia e Veterinária), Jacy Carneiro Monteiro (Faculdade de Medicina), Saviniano de Castro Marques (Escola de Engenharia), Ney Messias (Faculdade de Direito de Porto Alegre), Amadeu Fagundes da Rocha Freitas (representando a Faculdade de Arquitetura), Paulo Maurell Moreira (Faculdade de Farmácia), Nagipe Buaes (Faculdade de Ciências Econômicas), **Gastão Coelho Pureza Duarte (Faculdade de Odontologia de Pelotas), Delfim Mendes da Silveira (Faculdade de Direito de Pelotas)**[19]Lourenço Mario Prunes (Faculdade de Filosofia), Zacarias Valiati (Escola de Artes), Neya Machado da Silva (Escola de Enfermagem) e Othon Sá Castanho (Escola de Geologia). (MANSAN,2009, p.89).

No caso de Pelotas a atuação de Gastão Duarte, e Delfim Silveira, nas Faculdades de Odontologia e Direito, respectivamente, gerou em 1964 o expurgo de dois professores, Ápio Cláudio de Lima Antunes - que comentaremos adiante - e Hugolino de Andrade Uflacher (ambos da Faculdade de Direito). Ainda em 1964, Delfim Silveira é substituído na CEIS pela professora Rosah Russomano, mas seu comprometimento com a averiguação dos casos de possíveis subversivos não parou com a saída da função. A partir de comissão formada pelos professores Ivo Wolff, Gastão Dias de Castro e Delfim Mendes da Silveira, em 1967 um processo administrativo e uma “Comissão de Inquérito Administrativo” foi instaurada para os estudantes João Carlos Alberto Pinto Vieira, Claudio Torres da Silva e João Francisco de Pinedo Kasper, por determinação do CONSUN. As matrículas dos mesmos foram "preventivamente" trancadas ao decorrer do processo, que terminou com a expulsão de João Vieira (MANSAN, 2009). A averiguação ainda foi responsável pela suspensão dos outros dois alunos. Nesse sentido, mesmo que fora da CEIS, observamos que a figura de Delfim Silveira nos campi da URGS em Pelotas favoreceu o exercício de atividades repressivas.

---

[19] Grifo da autora.

No mesmo período em que passava por investigações conduzidas pela CEIS, Ápio Antunes sofria um IPM no qual também era acusado de “subversão”, entretanto, o professor foi culpado apenas pela comissão, sendo assim, demitido. Em entrevista concedida a Beatriz Loner, o srº Antunes afirma que alguns civis prestaram serviços para os militares, em suas palavras, foram “capachos dos militares”, pois não precisavam apenas pelo trabalho ordinário, mas concordavam com os métodos inquisitoriais utilizados[20].

Nesse sentido, os membros da CEIS em Pelotas tiveram um papel fundamental para a delação e julgamento, pois conheciam melhor o ambiente universitário e a cidade. A afinidade de Delfim Mendes Silveira com o Regime civil militar é evidenciada a partir das ações nas CEIS e confirmada anos mais tarde pela escolha, a partir dos militares para exercer o cargo de primeiro reitor da Universidade Federal de Pelotas. No próximo capítulo, analisaremos as relações de Delfim Mendes Silveira, a recém fundada Universidade Federal de Pelotas e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, centrando-nos na figura de Delfim Silveira como articulador político.

[20]ANTUNES, Ápio. **Sem Título**. Pelotas, _. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner. (apud SILVEIRA, 2010, p.6).

CAPÍTULO 2 - A UFPEL E O CRUB: CONVÊNIOS E ENCONTROS PARA FORTALECER OS LAÇOS

2.1 DELFIM MENDES SILVEIRA E A FEDERALIZAÇÃO DA UFPEL

Os interesses da comunidade local, assim como as movimentações políticas na região sul do Rio Grande do Sul, chamaram a atenção do governo federal para a cidade de Pelotas no fim dos anos 1960. Não por acaso, a partir do decreto de nº 750[21] de 8 de agosto de 1969, foi criada a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que contou com a incorporação de alguns campi da URGS e de instituições privadas. Para fazer parte da nova instituição os campi das Faculdades de Direito e Odontologia, e o Instituto de Sociologia e Política, da URGS em Pelotas, foram anexados. Dos institutos privados, o Conservatório de Música de Pelotas, a Faculdade de Medicina, o Instituição Pró Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE), a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões, a Escola de Agronomia Eliseu Maciel e a Faculdade de Veterinária foram incorporados a partir do decreto.

O interesse pela concentração das faculdades e campi universitários presentes na cidade procediam, em grande parte, de dois setores da comunidade pelotense ligados tanto à educação quanto à política. Segundo Vânia Ferreira (2017),

> A criação da UFPel como uma instituição de ensino superior atendia aos anseios da comunidade local liderada por políticos e alguns setores dos cursos envolvidos, pois entendiam que a unificação era a melhor forma de ampliar as unidades acadêmicas, além de fomentar os recursos disponíveis, seguindo a mesma orientação adotada em nível nacional, que determinava o agrupamento de entidades independentes, embora houvesse oposição de alguns professores temerosos da perda do prestígio, da posição e dos direitos conquistados vinculados aos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2017, p.104).

Nesse sentido, embora fundada em 1969, observamos que as articulações para a criação da universidade começaram, pelo menos, dois anos antes de sua instauração. Em visita a Pelotas, o então ministro da educação, Tarso Dutra, acompanhado pelo deputado Ary Alcântara, ambos do ARENA, lançaria as bases para a instauração da universidade no Interior do estado[22]. De acordo com Ferreira

---

[21] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0750.htm#:~:text=Provê%20sôbre%20a%20transformação%20da,)%2C%20e%20dá%20outras%20providências. Acesso em: 24/11/2022.

[22] *Jornal do Brasil*, de 05/09/1967 (apud FERREIRA, 2017).

(2017), a instauração da UFPel só foi possível por articulações entre o ministro, o prefeito da cidade, Louzada da Fonseca, e Delfim Mendes Silveira, Diretor da Faculdade de Direito e membro do Conselho Universitário da URGS, como mencionado anteriormente.

A consolidação da universidade na cidade ampliou as ações extensionistas, tornando as atividades indispensáveis para a aproximação entre o que estava sendo produzido na instituição e as comunidades agrárias, tanto na cidade quanto fora. Segundo a historiadora Heloisa Rocha (2018), embora a própria administração da instituição considerasse a extensão como uma prestação de serviço à comunidade, as ações caminhavam junto às práticas de ensino. Na UFPel, essas práticas estavam em vários campos, desde a saúde humana e animal, passando também pelas ciências agrárias e humanas. Dessa forma, a universidade investiu em órgãos para ações rurais, como o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), que atuava nas comunidades rurais dos municípios de Pelotas, Canguçu, Arroio Grande e o atual município de Capão do Leão[23]. Através de ações práticas e de conscientização junto aos cursos de Medicina, Odontologia e Agronomia, o centro de treinamento também visava incentivar a educação e cultura nas comunidades rurais[24]. As ações do CRUTAC prezavam pelo desenvolvimento social e acadêmico, e a partir das práticas extensionistas uniam-se à comunidade para entender suas necessidades (ROCHA,2018).

Em outro aspecto, ações ligadas a interiorização das práticas extensionistas no país também foram protagonizadas pela UFPel. A partir de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Interior, foram desenvolvidas atividades no Campus Avançado de Cáceres (CAC), no estado do Mato Grosso. Á moldes assistencialistas, a ação no CAC, tinha como objetivo aplicar os conhecimentos obtidos pelos estudantes de diversas áreas nas comunidades interiorizadas do estado de Mato Grosso. A partir de uma base permanente foram ministrados cursos e projetos que visavam promover um intercâmbio entre sociedade e universidade (ROCHA, 2018). A ação contou com a participação de outras 3 universidades, Universidade Católica de Pelotas, Universidade Federal do

[23] Capão do Leão, na época, conforme a Lei 1.505, de 1965, correspondia ao 4º Distrito de Pelotas (apud ROCHA,2018).
[24] “CRUTAC encerrou suas atividades deste ano”, Fundo ACS, Livro 3.

Rio Grande e Universidade Federal de Mato Grosso, sendo da UFPel a responsabilidade de coordenação das ações. As atividades ministradas no CAC prezavam pela experiência estudantil nos meios rurais do estado.

Na administração da instituição, Delfim Mendes Silveira, que havia sido escolhido pelos militares para gerir a recém fundada universidade, ocupou o cargo de reitor entre os anos de 1969 e 1977, período de intensas movimentações políticas na instituição. Durante sua gestão, Silveira firmou convênios, públicos e privados, expandiu o número de cursos e alunos, além de estruturar a universidade, construindo seu campus nas instalações da antiga UFRGS, junto à Faculdade de Agronomia (LONER, 1999). Ao longo de sua gestão a universidade recebeu verbas para o fomento na capacitação extensiva de alunos e professores também foi característica de sua gestão. A criação da pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa, estavam atreladas ao silenciamento de quem as produzia. Essas ações, junto às articulações do reitor, traçaram os caminhos da Universidade que dispôs de crescimento acelerado e livre de “subversão”.

Logo nos primeiros anos de instauração da Universidade, movimentações harmônicas ao regime militar foram notadas na UFPel. Em 1970, o título de Doutor Honoris Causa foi conferido pela primeira vez a um presidente, Emílio Garrastazu Médici recebeu a honraria conferida pela UFPel. Dois anos depois, em 1972, o ministro da Educação, Jarbas Passarinho teria recebido o mesmo título advindo da instituição (FERREIRA, 2017). Essas movimentações causavam certo mal estar aos colegas do reitor, tendo em vista os aspectos delicados do momento político do país. Mesmo seus colegas da antiga CIAU questionaram as ações de Silveira. Em entrevista Gastão Pureza Duarte afirma:

> Infelizmente eu acho que a universidade tem, é meio perigoso de dizer, mas eu vou dizer, a universidade tem sempre se colocado numa posição política muito radical. Ela se coloca contra tudo e contra todos politicamente, quando eu acho que a tônica não deva ser esta. Muitas vezes, o indivíduo quando assume um cargo, está a frente de uma entidade, uma universidade, por exemplo, ele tem que reprimir muitas vezes as suas tendências políticas, seus desejos políticos, religiosos, seja lá o que for, em prol da comunidade que ele está dirigindo. O Professor Delfim era muito afinado com o Regime Militar. Ele deu o título de “Doutor Honoris Causa” para o Passarinho e para o Médici[25].

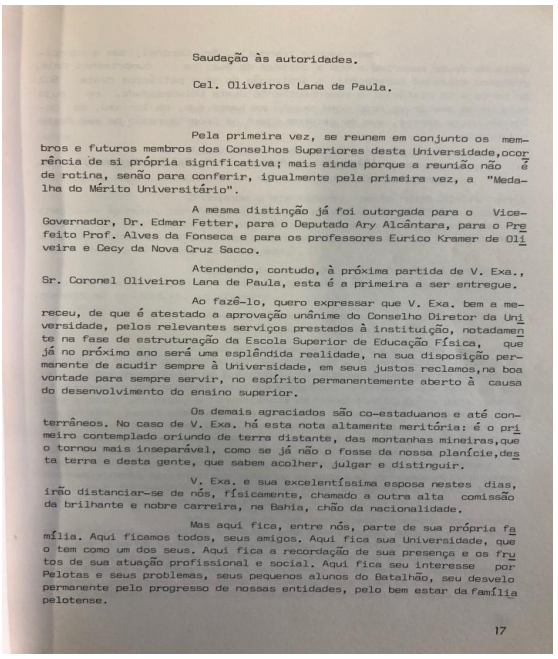
[25] DUARTE, Gastão Pureza. **Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel**. Pelotas. Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner. (apud FERREIRA, 2017, p.106).

Mesmo esse tipo de homenagem podendo desgastar a imagem da instituição e do reitor, observamos que as aproximações com o regime estreitaram-se ainda mais ao longo dos próximos anos. Outros políticos chegaram a receber medalhas e condecorações da recente Universidade. No ano de 1971, Edgar Fetter, então vice-governador do Rio Grande do Sul, e o deputado Ary Alcântara, que auxiliou na formação da Universidade, receberam as medalhas de Mérito Universitário. Em 1972 foi a vez do Coronel Oliveros Lana de Paula por serviços prestados à UFPel, como demonstram as figuras 1 e 2.

Figura 1 - Solenidade realizada em 27 de janeiro de 1972[26]

Fonte: NDH-UFPEL

Figura 2 - Saudação às autoridades



Saudação às autoridades.

Cel. Oliveiros Lana de Paula.

Pela primeira vez, se reunem em conjunto os membros e futuros membros dos Conselhos Superiores desta Universidade,ocorrência de si própria significativa; mais ainda porque a reunião não é de rotina, senão para conferir, igualmente pela primeira vez, a "Medalha do Mérito Universitário".

A mesma distinção já foi outorgada para o Vice-Governador, Dr. Edmar Fetter, para o Deputado Ary Alcântara, para o Prefeito Prof. Alves da Fonseca e para os professores Eurico Kramer de Oliveira e Cecy da Nova Cruz Sacco.

Atendendo, contudo, à próxima partida de V. Exa., Sr. Coronel Oliveiros Lana de Paula, esta é a primeira a ser entregue.

Ao fazê-lo, quero expressar que V. Exa. bem a mereceu, de que é atestado a aprovação unânime do Conselho Diretor da Universidade, pelos relevantes serviços prestados à instituição, notadamente na fase de estruturação da Escola Superior de Educação Física, que já no próximo ano será uma esplêndida realidade, na sua disposição permanente de acudir sempre à Universidade, em seus justos reclamos,na boa vontade para sempre servir, no espírito permanentemente aberto à causa do desenvolvimento do ensino superior.

Os demais agraciados são co-estaduanos e até conterrâneos. No caso de V. Exa. há esta nota altamente meritória: é o primeiro contemplado oriundo de terra distante, das montanhas mineiras,que o tornou mais inseparável, como se já não o fosse da nossa planície,desta terra e desta gente, que sabem acolher, julgar e distinguir.

V. Exa. e sua excelentíssima esposa nestes dias, irão distanciar-se de nós, fisicamente, chamado a outra alta comissão da brilhante e nobre carreira, na Bahia, chão da nacionalidade.

Mas aqui fica, entre nós, parte de sua própria família. Aqui ficamos todos, seus amigos. Aqui fica sua Universidade, que o tem como um dos seus. Aqui fica a recordação de sua presença e os frutos de sua atuação profissional e social. Aqui fica seu interesse por Pelotas e seus problemas, seus pequenos alunos do Batalhão, seu desvelo permanente pelo progresso de nossas entidades, pelo bem estar da família pelotense.

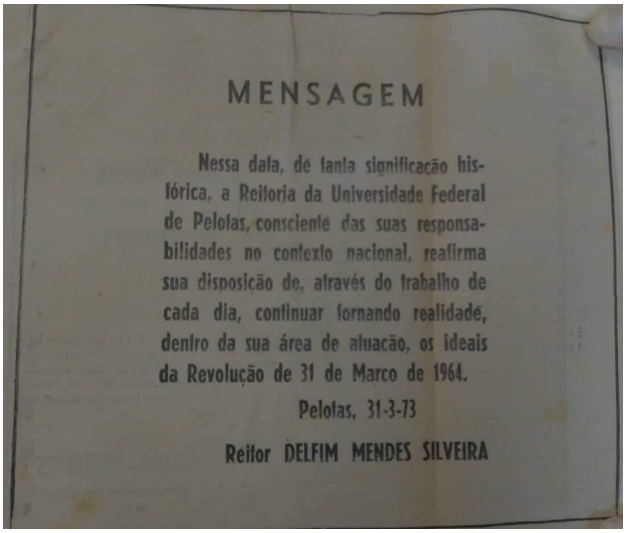
17

Fonte: NDH-UFPEL

[26] Fundo Administração UFPel, Caixa 2.

No ano de 1973 observamos, em mais um momento, as demonstrações de aproximação com o regime. A reitoria publica nas páginas do jornal *Diário Popular*, no dia 31 de março de 1973 uma homenagem à "revolução de 1964”. A partir desta publicação observamos as relações, mais uma vez, difusas entre o que é parte e posição da Universidade e o que faz parte dos interesses do próprio reitor. Nesse sentido, a figura 3 nos auxilia a pensar sobre os caminhos que Delfim Mendes Silveira traçou para alcançar cargos de poder em instituições de ensino.

Figura 3 - Mensagem



MENSAGEM

Nessa data, de tanta significação histórica, a Reitoria da Universidade Federal de Pelotas, consciente das suas responsabilidades no contexto nacional, reafirma sua disposição de, através do trabalho de cada dia, continuar tornando realidade, dentro da sua área de atuação, os ideais da Revolução de 31 de Março de 1964.

Pelotas, 31-3-73

Reitor DELFIM MENDES SILVEIRA

Fonte: NDH-UFPEL

Essas ligações com o regime possibilitaram que o reitor, junto a instituição, pudesse traçar caminhos promissores apoiados no regime civil militar. Nesse contexto, buscaremos nos próximos subcapítulos analisar as articulações e desdobramentos das ações desta figura emblemática a partir de sua gestão no Conselho de reitores das Universidades Brasileiras, o CRUB.

2.2 A CAUSA ÁSPERA E RECOMPENSADORA: DELFIM MENDES SILVEIRA NA DIREÇÃO DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Logo nos primeiros dias de 1975, o reitor da UFPel, Delfim Mendes Silveira, foi eleito presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Uma importante instituição que atua desde abril de 1966 e é composta por reitores

de universidades públicas e privadas de todo território nacional[27]. Com o intuito de articular e consolidar o ensino superior no Brasil, o CRUB promove o intercâmbio e a cooperação entre as universidades, além de incentivar que as instituições de ensino superior contribuam para o desenvolvimento nacional. Ao longo da atuação no período da ditadura civil militar o CRUB mostrou-se um importante órgão de articulação entre reitores e chefes de estado na busca pela contenção dos movimentos estudantis e no desenvolvimento das reformas universitárias.

A instituição ainda fez parte do movimento de aproximação entre as universidades e as indústrias agrárias, que puderam usufruir dos estudos realizados nas instituições. Segundo Heloísa Rocha, com esse movimento ocorre "a contribuição ao desenvolvimento do país e apoio às classes menos favorecidas e às regiões mais afastadas dos grandes centros" (2018, p.39). A exemplo, as ações desenvolvidas no CAC, que operavam com o objetivo de promover educação e apoio às comunidades interiorizadas do país, conforme visto anteriormente. A partir destes movimentos, convênios e pesquisas foram firmados nas instituições associadas ao CRUB.

Quinto presidente da instituição, Silveira foi o primeiro representante das universidades do interior do Brasil a dirigir o CRUB. Em seu discurso de posse aponta o compromisso nacional com a educação e o desenvolvimento das universidades junto às autoridades da época. Também afirma o compromisso de através de comunicação com o ministro da educação e seus superiores, ampliar vagas e estruturas das universidades brasileiras, o que, pelo menos na UFPel, de fato ocorreu[28]. A partir da gestão de Silveira no Conselho, principalmente entre os anos de 1975 e 1976, observamos, através do *clipping* do fundo da ACS, articulações do reitor em esfera nacional. Neste sentido, também acompanhamos uma série de viagens do presidente da instituição a outras universidades, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estas viagens geralmente estavam ligadas a uma agenda de palestras e comunicações, mas entendemos que neste contexto, teceram uma

[27] A administração de Delfim Mendes Silveira foi a última a não produzir relatórios de gestão. Nesse sentido, nos ateremos ao que foi registrado a partir do fundo da ACS. Fonte: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, disponível em: https://www.crub.org.br/galeria-de-ex-presidentes/.
[28] "Discurso de posse de Delfim apresenta diretrizes do CRUB", Fundo ACS, Livro 3.

rede de apoio mútuo que possibilitou o estabelecimento do Conselho enquanto órgão intensamente operante na educação.

As visitas, geralmente pautadas nas necessidades e especificidades de cada universidade, voltaram-se também ao CRUB e ao desenvolvimento de sua sede. É a partir das viagens de Silveira no ano 1975 que acompanhamos uma grande campanha ligada ao Conselho, direcionada a angariação de fundos para construção da sede da instituição. Em três recortes presentes no *clipping*, entre o fim do mês de março e início de abril, acompanhamos Delfim Silveira em viagem pela campanha. No primeiro recorte, de 30/03/1975, observamos uma reunião presidida por Silveira em Campinas, junto ao presidente da instituição, os reitores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Este encontro teve como tema central a consolidação do projeto de construção da sede CRUB[29].

Ainda em São Paulo, o presidente encontrou os reitores da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), que concordaram em auxiliar na doação de recursos para a sede[30]. No dia 22/04/1975 Silveira viaja a Brasília, onde tem encontro marcado com o presidente Ernesto Geisel. A reunião teve como propósito tratar das diretrizes da instituição e levar as reivindicações das universidades brasileiras ao presidente e ao Ministério da Educação e Cultura. De acordo com a matéria presente no fundo da ACS, Silveira ainda trataria da criação de outro curso na UFPel, o de Nutrição, instituído alguns meses mais tarde[31]. Após uma intensa campanha de adesão tanto com reitores, quanto com o Ministério da Educação e Cultura e o presidente, é inaugurada em 27/01/1976, em Brasília a sede do Conselho de Reitores[32].

Em outro momento, acompanhamos, através do *clipping,* uma reunião presidida por Silveira em novembro de 1975. Neste encontro observamos duas situações características de administrações ligadas à Doutrina de Segurança

---

[29] "Delfim Anuncia construção da séde própria do CRUB", 30/03/1975, Fundo ACS, Livro 3.
[30] "Delfim viajará amanhã para o centro do país", 18/04/1975, Fundo ACS, Livro 3.
[31] "Geisel receberá Delfim Silveira em audiência",11/04/1975, Fundo ACS, Livro 3.
[32] "Delfim inaugura prédio do CRUB em Brasília, 3ª feira", 24/01/1976, Fundo ACS, Livro 4.

Nacional e Desenvolvimento. Com o título “Reitores aplaudem o sistema de crédito para estudantes”, a reportagem presente no *clipping*, aborda a discussão no CRUB sobre o ensino da pós-graduação, a concessão de bolsas a estudantes, e a política no espaço da universidade. De acordo com o recorte, quando a discussão sobre a pós-graduação é evidenciada Silveira é categórico, “a capacitação do corpo docente das universidades depende fundamentalmente dos cursos a nível de pós-graduação”. Indicando a necessidade, inclusive das universidades, de mão de obra qualificada para funcionamento. Ao discutir a concessão de bolsas a alunos de baixa renda o recorte ainda aponta que “todos os reitores mostraram-se de acordo com o sistema de crédito para estudantes que deverá ser implantando no Brasil, que segundo eles, aumentará o número de pessoas com condições para cursar a Universidade”[33].

Ao debater uma medida de proibição da participação dos estudantes em políticas nas universidades, alguns reitores declararam suas posições. O primeiro a tomar a palavra foi o professor Benito Barreto da Fonseca reitor da PUC-Campinas, afirmando que “a política feita na escola desnatura a universidade, cuja função primordial é o ensino, bem como tira a autenticidade da política que deve ser feita nos partidos”[34]. É relevante ressaltar que neste período muitos dos partidos dos quais os estudantes achavam representatividade estavam na ilegalidade ou foram dissolvidos, e que os únicos partidos na legalidade eram o ARENA, base de sustentação do regime civil militar, e o MDB, partido de oposição tolerável ao regime. Ainda em reunião o sr. José Otão, representante da PUC-RS, declarou que “[...] no Brasil as escolas superiores são oficiais e religiosas, mas não impõem seus dogmas [...]”[35]. Embora o recorte jornalístico não se atente a tomada de decisão dos reitores quanto à medida, podemos constatar, a partir das falas destacadas na reportagem a posição de alguns dos membros da instituição e os traços da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Os projetos desenvolvidos por Delfim Silveira enquanto gestor do Conselho, como a interiorização das universidades chamaram a atenção do Grão Mestre da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Luís Roberto de Resende, responsável

---

[33] “Reitores aplaudem o sistema de crédito para estudantes”, Fundo ACS, Livro 3.
[34] Idem.
[35] Ibidem.

pelo Tribunal Superior do Trabalho, que, como consta na figura 4, homenageia Silveira com a comenda de Ordem ao Mérito Judiciário do Trabalho no grau Grande Oficial é entregue ao reitor no dia 11/07/1975.

Figura 4 - Delfim Mendes receberá comenda de Ordem do Mérito.

O PROFESSOR Delfim Mendes Silveira, reitor da Universidade Federal de Pelotas e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, receberá comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no grau Grande Oficial, no dia 11 do próximo mês, às 17hs., no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, conforme telegrama recebido do Grão Mestre da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho dr. Luís Roberto de Resende Puech. 4-7-75

Fonte: NDH-UFPEL

Ao decorrer de sua administração no CRUB e na UFPel, Delfim Silveira buscou a ampliação e um desenvolvimento pautado nas políticas de segurança nacional. No ano de 1977, junto ao seu mandato como reitor na universidade, Delfim Mendes Silveira também findou sua gestão no Conselho. Sendo sucedido no CRUB por Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, da Universidade Federal da Paraíba. E na UFPel por Ibsen Wetzel Stephan.

2.3 ARTICULAÇÕES DO PODER: O DESENVOLVIMENTO DA UFPEL DURANTE A GESTÃO DE SILVEIRA NO CRUB

Entre os anos de 1975 e 1976 acompanhamos processos de desenvolvimento na UFPel a partir das articulações de Delfim Mendes Silveira, que atuou regional e nacionalmente durante o período. O quarto livro da coleção de *clipping* do acervo da UFPEL, diferente dos anteriores, é constituído por uma introdução às ações desenvolvidas na instituição naquele ano. Esta introdução, a

qual trabalharemos nesse momento, é do livro de 1976 e apresenta ao leitor dados importantes para compreender as articulações que o reitor traçou ao longo de sua administração. Os primeiros dados são sobre o desenvolvimento físico da instituição, que contou com a instalação da Faculdade de Educação e o Núcleo de Processamento de Dados[36]. Também contou com a instituição dos cursos de Enfermagem e Nutrição, a incorporação da Faculdade de Medicina e do projeto de pavimentação da ligação viária entre a cidade e o campus, assim como deu início à pós-graduação em Endodontia. Nesta introdução, a Assessoria de Comunicação Social da UFPel também evidencia que

> [...] tiveram pleno êxito os esforços do reitor Delfim Silveira, no sentido da expansão dos recursos financeiros da instituição, e, por isso, a receita da UFPel, em 1976, atingiu um valor **quase três vezes maior que a do ano anterior**[37] [...] Este verdadeiro "salto" orçamentário, devidamente aproveitado, produziu uma série de benefícios, que podem ser resumidos, conforme a Assessoria de Planejamento, numa sensível melhoria da qualidade do ensino. Graças a tais recursos, a UFPel ministrou, no ano que agora finda, 15 cursos de graduação, regulares, 4 cursos de graduação, em convênio, 6 cursos de pós-graduação e 4 de segundo grau, alçando uma matrícula total de quase 4.200 estudantes.[38]

O texto ainda aponta que nas áreas de pesquisa e extensão houveram ampliações. De acordo com o *clipping*, foram executados naquele ano 159 projetos de pesquisa, entre os quais se destaca o convênio entre BNDE, EMBRAPA e UFPel, que desenvolveu pesquisas voltadas ao trigo, arroz, soja, olerícolas e bovinos[39]. Na extensão a Universidade teria executado 20 convênios com outras instituições, entre elas o Centro de Treinamento do Sul (CETRESUL), que coordenou junto a instituição 22 cursos voltados à comunidade. Outra instituição destacada pela extensão é o Centro de Toxicologia, que conduziu estudos na Lagoa dos Patos sobre a poluição com mercúrio[40]. Estas afirmações corroboram com a hipótese de que as articulações de Silveira em esfera nacional reverberam positivamente na instituição, gerando o "salto" orçamentário a partir do ano seguinte à posse do reitor no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

As redes estabelecidas entre o reitor e os políticos da região sul do estado também favoreceram a instituição. Em matéria presente no *clipping,* o então prefeito

---

[36] Este era o espaço disposto na universidade para abrigar o único computador da instituição. Fundo ACS, Livro 4.
[37] Grifo da autora.
[38] Fundo ACS, Livro 4
[39] Idem.
[40] Ibdem.

de Pelotas, Ary Alcântara, solicita ao governo do estado do Rio Grande do Sul verbas para a pavimentação da estrada que liga a cidade à universidade, onde atualmente é o campus Capão do Leão. De acordo com o recorte, a "velha reivindicação" além de contemplar alunos e funcionários da instituição, ainda auxiliaria os funcionários da sede da EMBRAPA, instituída próxima ao campus[41]. De acordo com a introdução presente no livro 4 da coleção de *clipping,* a UFPel ainda fez parte do desenvolvimento desta pavimentação a partir da disposição de verbas próprias.

Ao longo da gestão de Silveira, também observamos a formação de novos convênios entre a Universidade Federal de Pelotas e outros órgãos públicos. Geralmente voltados ao desenvolvimento agrícola, os convênios firmados entre 1975 e 1976 foram majoritariamente estabelecidos com o governo federal. Um dos acordos estabelecidos entre a instituição e órgãos governamentais que destacou-se no *clipping*, foi a entrada da instituição no Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE), em 1976. O programa tinha como objetivo auxiliar estudantes das graduações em Agronomia, Medicina Veterinária e Odontologia, através da concessão de bolsas de estudo reembolsáveis. Partindo do Ministério do Trabalho, as verbas seriam redistribuídas pela UFPel, que controlaria a concessão e os pagamentos a partir de registros contábeis. De acordo com o recorte, a concessão ainda previa a participação de sindicalizados e seus dependentes, e a expansão das bolsas através de um projeto consolidado com a Caixa Econômica Federal nas universidades do Sul[42].

Em 1975, foi estabelecido o convênio entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a UFPel. Este é o acordo com maior recorrência nas páginas do *clipping*. Com o objetivo de estabelecer intercâmbio entre as pesquisas realizadas no curso de Agronomia na UFPel, e na EMBRAPA, a instituição se estabeleceu em duas unidades na região. A primeira unidade foi instaurada nas antigas instalações do IPEAS, próximo do atual campus Capão do Leão, e ficou incumbida das pesquisas sobre Fruticultura com ênfase em cultura do pêssego. A segunda unidade se estabeleceu na Cascata e desenvolveu pesquisas sobre

[41] "Ary pede ao Estado verba para pavimentação" Fundo ACS, Livro 4.
[42] "UFPel ingressa no Pebe", 20/05/1976, Fundo ACS, Livro 4.

Fruticultura e Olericultura na região a partir de frutas e legumes industrializáveis[43]. Com a consolidação das unidades, ocorreu pela primeira vez a instalação da EMBRAPA no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Centrando seus esforços na agricultura, a UFPel ainda firmou contratos com o Ministério da Agricultura. Visando a pesquisa e execução da Política Nacional de Produção Agropecuária (PNPA) na região sul do estado, o contrato foi firmado na sede da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), importante instituição ligada ao desenvolvimento agrário na região sul do país. O convênio integrava os departamentos de Zootecnia, Veterinária Preventiva, Patologia Animal e Clínica Veterinária da Universidade, e oferecia cursos, seminários, palestras e exposições para as comunidades rurais[44]. No mesmo sentido, a Universidade ainda firmou convênio com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), para desenvolver pesquisas ligadas à Faculdade de Agronomia[45]. Estes convênios, junto aos projetos de extensão, como o CRUTAC, desenvolvidos na instituição, alavancaram as pesquisas agrárias na universidade, e auxiliaram no desenvolvimento do que mais tarde seria amplamente conhecido como agronegócio.

Através do fundo da Assessoria de Comunicação Social da UFPel, buscamos compreender o desenvolvimento da gestão de Delfim Mendes Silveira no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e as reverberações de suas ações num contexto político e social para a Universidade Federal de Pelotas. Também destacamos ao longo deste capítulo o aperfeiçoamento da UFPel nos anos de gestão de Silveira no CRUB.

---

[43] “EMBRAPA cria a unidade de pesquisa da Cascata”, 25/04/1975, Fundo ACS, Livro 3.
[44] “UFPel firma convênio com Ministério da Agricultura”, 02/10/1975, Fundo ACS, Livro 3.
[45] “UFPel terá nos convênios maiores destaques de 1975”, 04/01/1975, Fundo ACS, Livro 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer desta pesquisa buscamos traçar um paralelo entre as ações e os caminhos percorridos pelo primeiro reitor da Universidade Federal de Pelotas, assim como compreender o contexto e localidade em que suas atividades se desenvolveram. Em um primeiro momento, buscamos compreender as movimentações na cidade de Pelotas logo após a instauração do regime. E também como a cidade poderia dar suporte para a fuga de exilados do regime. Depois, buscamos compreender como se desenvolveu a “operação limpeza” nas universidades brasileiras, a partir da Universidade de Brasília, Universidade de Minas Gerais e a Universidade do Rio Grande do Sul. No segundo capítulo buscamos analisar e compreender as atividades de Delfim Mendes Silveira em sua gestão conjunta entre CRUB e UFPel.

Entender como as redes de apoio mútuo que se desenvolveram ao longo da trajetória de Silveira na URGS, e depois na UFPel, e no CRUB, nos auxilia a compreender como essas instituições se articularam ao longo do regime civil militar. Ao decorrer desta monografia acompanhamos as aproximações entre Silveira e o regime, primeiro na Faculdade de Direito da URGS, onde operou de forma direta na “operação limpeza” organizada na instituição. No mesmo período, acompanhamos a aproximação entre Silveira e políticos do ARENA para articular a construção da UFPel. Instaurada a universidade, observamos a instituição gerida por Silveira tomar partido e causa, condecorações e menções à "revolução de 1964” são evidenciadas a partir do *clipping,* onde confunde-se institucional e pessoal. Ainda como gestor da UFPel, Delfim Mendes assume o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, onde aproxima-se ainda mais do núcleo do governo. A partir das ações no CRUB e de reuniões com o presidente Ernesto Geisel traça os caminhos da recém fundada UFPel.

Embora não tenhamos acesso aos relatórios de trabalho de Delfim Silveira no CRUB, conseguimos a partir da coleção de *clipping* observar algumas de suas ações enquanto gestor. A construção da sede da instituição, assim como a concessão de bolsas e verbas para o desenvolvimento das universidades participantes foram algumas das ações noticiadas e salvaguardadas no *clipping*. Voltada ao meio rural, a administração de Silveira também prezou pela elaboração

de projetos voltados às comunidades agrárias, através da concessão de bolsas para pesquisa. Ainda em sua gestão Silveira firmou convênios entre a entidade e o MEC, para sanar problemas recorrentes nas instituições, como a falta de pessoal e de verbas[46].

As ações de Silveira enquanto reitor e presidente do CRUB também estavam relacionadas. Na UFPel, o desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura, pesquisa e extensão estiveram presentes ao longo do período investigado no presente trabalho, ou seja, 1975 e 1976. A criação do CRUTAC e as atividades extensionistas ligadas aos cursos de Agronomia e Veterinária auxiliaram o desenvolvimento de grandes agricultores e latifundiários da região sul a se desenvolver a partir do que estava sendo construído na instituição. Em outro sentido, a concessão de verbas conquistada a partir das relações com o CRUB respaldaram na instituição ao ponto de em 1976 a receita da instituição ser três vezes maior do que no ano anterior, chegando a superar o orçamento do município de Pelotas[47].

Assim, entendemos que as relações estabelecidas entre Delfim Mendes Silveira ao longo de sua trajetória acadêmica auxiliaram o desenvolvimento da recém criada UFPel. E que suas articulações no CRUB, teceram redes de apoio entre o regime civil militar e o reitor. Através do *clipping* presente no NDH-UFPel também podemos observar o desenvolvimento regional a partir do investimento nas regiões agrícolas.

---

[46] “Delfim assinou com o MEC um importante convênio” 27/04/1975. Fundo ACS, Livro 3.
[47] Fundo ACS, Livro 4.

FONTES:

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em 20/09/2022.

COLEÇÃO DE CLIPPING. Acervo da Universidade Federal de Pelotas, Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner.

CRUB, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Brasília, DF. Disponível em: http://www.crub.org.br/home-example-5/

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-poppe-de-figueiredo

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-lei-n-477

LIVROS INSTITUCIONAIS. Acervo da Universidade Federal de Pelotas, Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes,1985.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes Biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In.: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-234.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, 2014.

FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória.** 125 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

FREI BETTO. **Batismo de Sangue**. RJ: Bertrand, 1987.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos!Redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira entre Brasil e Uruguai (1964-1975)**. Orientadora: Alessandra Gasparotto. 2022. 257 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

HENRIQUE JUNIOR, Gilson Moura. **DE CATAFALCO A HIRSUTO E INGÊNUO CZAR: As representações sobre Luiz Carlos Prestes pelo jornal A Federação (1924-1930)**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. RJ: Editora Vozes, 1984.

KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina da Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método de microanálise na construção de trajetórias. In.: VENDRAME. Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; WEBER, Beatriz & FARINATTI, Luis Augusto. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, p. 32-52, 2015.

LONER, Beatriz. UFPel: **Um breve histórico. UFPel: 30 anos**. 1 ed. Pelotas: UFPel, 1999, p.28-48.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes históricas.** PINSKY, Carla. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In FENELON, Déa et ali. **Muitas Memórias, Outras Histórias**, São Paulo: Olho d'água, 2004. p. 14-40.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **A UFSC na ditadura civil-militar**: um projeto de "desenvolvimento com segurança". 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay…** Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese de Doutorado: UFRGS, 2005.

ROCHA, Heloisa Helena Campelo Rodrigues da. **A extensão na Universidade Federal de Pelotas: estrutura administrativa e políticas institucionais (1969 -1992)**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira. *In:* X Encontro Estadual de História O Brasil no sul: Cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos**, p. 1-14. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279499337_ARQUIVO_artigomarilia.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha Militâncias e Rotas de Exílio**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

TAVARES, Tânia dos santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista: (1963-1964). XXVI Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**, p. 1-15 Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_8cdb2337b04cb0f1ead6b451d5f62331.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.